

EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL	11. JUN 1980	ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

Situação financeira melhor do que a diagnosticada por Eanes? -

Balança de transações correntes terá dado saldo positivo em 1979

José Silva Pinto

Portugal pode ter fechado o ano de 1979 com saldos positivos nas balanças de pagamentos e de transações correntes, mas essa espectacular melhoria da situação financeira não é suficiente para fazer esquecer a fragilidade da economia portuguesa.

Peritos do Banco de Portugal, que têm vindo a proceder ao apuramento de dados financeiros referentes aos últimos meses do ano passado, reuniram já indícios de que, pela primeira vez, em muitos anos, o saldo da balança de transações correntes teria sido positivo, no exercício de 1979, o que significaria uma recuperação ainda mais espectacular do que a referida pelo Presidente Eanes, na sua mensagem de Ano Novo e no discurso de posse do Governo Sá Carneiro, em 3 de Janeiro.

No segundo desses discursos, o general Ramalho Eanes disse que seria de esperar que o saldo da balança de transações correntes não ultrapassaria um valor negativo na ordem dos 400 milhões de dólares (em comparação com o saldo negativo de um bilião e meio registado em 1977). Todavia, é natural que os conselheiros económicos do Presidente tenham preferido usar de prudência, não tomando desde já como dados adquiridos as tendências assinaladas pelos peritos do Banco Central.

Seja como for, o certo é que, no final do primeiro semestre do ano findo, o saldo das transações correntes era de 55,4 milhões de contos negativos (-51,7 milhões de contos da parcela mercadorias e -3,7 milhões no que se refere a serviços e rendimentos). Contudo, esse saldo negativo era praticamente coberto pelas remessas dos emigrantes (+49,6 milhões de contos) e por operações positivas de capitais a médio e longo prazo (+7,8 milhões de contos). Da soma desses factores, resultava um saldo positivo da balança básica calculado em cerca de dois milhões de contos (39 milhões de dólares).

Tal valor torna-se especialmente digno de nota se comparado com o saldo negativo de 333 milhões de dólares (cerca de 15 milhões de contos) assinalado na mesma balança, no ano de 1978. Por outro lado, projecções já efectuadas para o segundo semestre de 1979 permitem fazer crer que tenha sido largamente coberto o saldo ne-

gativo de cinco milhões de contos registado na balança de transações correntes, na primeira metade do ano.

A surpresa dos emigrantes

Para essa francamente espectacular recuperação da situação financeira portuguesa têm contribuído, sobretudo, o crescente afluxo das remessas dos emigrantes (calcula-se que, em 1979, estas foram superiores em 75 por cento às de 1978) e à subida de 47 para 61,9 por cento da taxa de cobertura das importações pelas exportações (esses números são relativos a Março de 1978 e de 1979, respectivamente).

As remessas dos emigrantes têm, de facto, subido de forma surpreendente para os mais diversos observadores, mesmo os mais optimistas. Tomando-se os valores registados até Junho de cada um dos últimos três anos, verifica-se que essas remessas atingiam 101 milhões de dólares em 1977, 120 milhões em 1978 e 175 milhões em 1979.

Por outro lado, no primeiro trimestre de 1979 já se verificava um aumento de 64 por cento em relação ao período homólogo do ano anterior. Tendo em conta esses dados e o posterior incremento do envio das poupanças de portugueses emigrados, os peritos admitem que, em todo o ano passado, tais remessas tenham aumentado cerca de 75 por cento em relação a 1978.

Os mesmos peritos mostram-se muito satisfeitos pelo facto de, em menos de dois anos, uma economia de pequena dimensão, como é a portuguesa, ter efectuado uma tão espectacular recuperação no que diz respeito à balança de transações correntes — mais significativa do que a balança de pagamentos, uma vez que esta pode ser beneficiada pela entrada de capitais provenientes, por exemplo, de empréstimos externos.

O certo é que, devido à melhoria da balança de transações correntes e à credibilidade

externa de Portugal, tem sido possível reduzir de forma notável a dívida externa, mormente pela conversão de muitas dívidas de curto prazo em dívidas a longo prazo, ao mesmo tempo que se tem desafectado muito do ouro comprometido com empréstimos. Esta libertação é tanto mais notável quanto é certo que chegaram a estar comprometidas 48,7 por cento das reservas de ouro e, actualmente, as reservas afectadas representam apenas cerca de nove por cento das 688 toneladas que, aos preços actuais, atingem o fabuloso valor de mais de 600 milhões de contos...

A generalidade dos observadores está de acordo em que a apontada recuperação da situação financeira se deve, essencialmente, ao brilhante trabalho desenvolvido no Banco de Portugal por uma competente equipa dirigida por Silva Lopo.

No essencial, a política financeira seguida, caracterizada por apertados limites de crédito, desvalorização deslizando do escudo e altas taxas de juro, se conduziu a uma diminuição da procura interna — logo, à diminuição das importações — teve a vantagem de favorecer a expansão da actividade exportadora, o que foi rapidamente compreendido (e aproveitado), nomeadamente, pelos industriais têxteis e, em certa medida, pelos metalomecânicos.

Custos políticos, económicos e sociais

A recuperação da situação financeira é um facto — mas não pode fazer esquecer as graves dificuldades que persistem em diversas variáveis do sistema económico português, nomeadamente o desemprego, que atinge valores da ordem dos oito a nove por cento da população activa (entre os quais haverá dois a três por cento de desemprego estrutural), uma procura interna praticamente estacionária, uma diminuição do ritmo de investimento (que tem, agora, condições para crescer) e uma certa tendência para o aumento da taxa de inflação (28 por cento em 1977, 22 por cento em 1978 e 24/25 por cento em 1979, prevendo-se algo mais no ano corrente).

Pesem embora os ataques que a Imprensa mais ou menos afecta à Aliança Democrática lançou a Ramalho Eanes, em virtude do seu diagnóstico optimista da situação financeira, parece não haver dúvidas de que esta é, de facto, melhor do que a assinalada nos discursos presidenciais, mas também não é menos certo que o Presidente não referiu os custos políticos, económicos e sociais da política seguida. E os custos políticos estão patentes nos resultados eleitorais, os económicos retratam-se na estagnação do produto interno bruto e os sociais espelham-se na manutenção do desemprego.

De qualquer modo, nenhum outro Governo, desde o 25 de Abril, desfrutou de tão boas condições para trabalhar como o actual — assinala-se em diversos meios económicos e financeiros, dando razão a Eanes, embora não falte também quem entenda que quem tem

razão é Sá Carneiro, que prefere chamar a atenção para a degradação da situação económica. Quem está certo: Eanes, ou o novo primeiro-ministro? Provavelmente, a razão assiste aos dois... A ver vamos em que medida.



Ramalho Eanes e Sá Carneiro
Ambos têm razão — mas em que medida?

Redução para 0,5 por cento da taxa mensal de desvalorização do escudo?

A redução para 0,5 por cento da taxa mensal de desvalorização do escudo, bem como a progressiva libertação dos limites de crédito impostos aos bancos — são duas medidas cuja adopção se pode esperar do novo Governo, no plano financeiro.

Isso não é estranho que, em contraponto com a opção entre o crescimento económico e o equilíbrio da balança de pagamentos, o Executivo chefiado

por Sá Carneiro procure manusear os limites de crédito e a taxa de desvalorização, de forma a tornar «suportável» um eventual défice da balança, movendo-se na zona de equilíbrio entre o envidamento externo e o crescimento económico.

O Governo terá, decerto, de estar atento à necessidade de manter a competitividade do escudo em relação às moedas estrangeiras, de modo a que o preço das mercadorias portuguesas

se mantenha aceitável nos mercados externos.

Nas condições actuais, admite-se a possibilidade da redução de 0,75 para 0,5 por cento da taxa de desvalorização mensal do escudo, o que, em termos anuais, daria cerca de oito por cento, ou seja, o que é, tendencialmente, a diferença entre a inflação portuguesa e a inflação média dos principais países europeus.

J.S.P.

Dois factores importantes

Se é verdade que os especialistas estão a detectar uma assinalável recuperação financeira, não é menos certo que essa melhoria é, em grande parte, explicável por dois factores cuja manutenção não é, de modo nenhum, segura: as remessas dos emigrantes, cuja tendência será para a estagnação, ou mesmo para a diminuição, e a cobertura de parte dos défices através do recurso ao crédito externo, com o consequente aumento da dívida externa pública e privada.

Por um lado, verifica-se uma estagnação de volume da emigração, sobretudo devido à crise internacional, sendo também

preciso ter em conta que a fixação no estrangeiro dos emigrantes de segunda geração levará, forçosamente, a prazo mais ou menos curto, a um estancamento das remessas de divisas.

Por outro lado, quanto aos empréstimos externos, pode (deve) prever-se que, igualmente por via da crise atravessada internacionalmente, aqueles não deverão poder, no futuro, ser negociados com a mesma facilidade que até agora, sem esquecer o ónus que o seu aumento representa para a economia portuguesa, mercê do crescimento da dívida externa.